



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

## MANHÃ

### ANALISTA JUDICIÁRIO

# SERVIÇO SOCIAL

## NÍVEL SUPERIOR – PROVA TIPO 1 BRANCA



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão dissertativa, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.
- A redação deverá ser redigida entre **20 (vinte)** e **30 (trinta)** linhas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de irição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

## LÍNGUA PORTUGUESA

### 1

Assinale a frase a seguir em que a comparação realizada **não** aparece explicada, como nas demais frases.

- (A) A vida é como um balão: quando nos deparamos com ventos fortes, a solução não é lutar contra eles, mas procurar novas altitudes, novos ventos que levem na direção certa.
- (B) A vida é como um jogo de cartas. A mão que as distribui representa determinismo. A forma como você joga é o livre arbítrio.
- (C) A vida é como um cobertor curto. Se você puxa para cima, seus dedos ficam descobertos, se você cobre os pés, descobre seus ombros.
- (D) A vida é como uma grande tela: jogue toda a tinta que puder e aproveite cada espaço para fazer bons quadros, dando bons exemplos.
- (E) O jogo da vida é como o jogo de bumerangue. Nossos pensamentos, realizações e palavras voltam para nós mais cedo ou mais tarde, com uma precisão impressionante.

### 2

Assinale a frase em que o termo sublinhado se refere a um termo seguinte e não a um termo anterior.

- (A) Não pratico esportes. Quando dá vontade, deito até ela passar por completo.
- (B) Sono saudável tem aquele de estômago moderado, que se levanta cedo e com boa disposição.
- (C) É a mente que enriquece o corpo.
- (D) Fecho meus olhos para ver o que os homens imaginam.
- (E) O estômago é a terra onde germina o pensamento.

### 3

Observe a seguinte frase:

*Se disser algo errado, poderá dizê-lo de novo. Se escrever algo errado, poderá reescrevê-lo. Se fizer algo errado, o erro ficará com você para sempre.*

Sobre a estruturação ou a significação dessa frase, é correto afirmar que

- (A) os pronomes “lo” usados na frase não possuem antecedente expresso.
- (B) as ações de “dizer”, “escrever” e “fazer” mostram uma progressão ascendente de gravidade nos três termos.
- (C) os períodos que formam a frase mostram certo paralelismo sintático.
- (D) os segmentos “Se disser”, “Se escrever” e “Se fizer” mostram três formas de infinitivo dos verbos.
- (E) o termo “o erro” não tem antecedente expresso na frase.

### 4

Um espectador de um programa televisivo comentou:

*Gosto dos comentários desse repórter, pois ele sabe que o tempo deve ser curto e seleciona o que é mais importante.*

Nesse caso, o conceito de boa expressão de linguagem é a de que se expressa de forma

- (A) gramaticalmente correta.
- (B) culta e elaborada.
- (C) popular.
- (D) adequada à situação.
- (E) literária.

### 5

Uma marca que mostra um traço da língua falada e não da língua escrita, é

- (A) a predominância de frases complexas.
- (B) o uso frequente da voz passiva.
- (C) o uso de interrupções para melhoria da expressão.
- (D) o apelo a variadas estratégias de produção textual.
- (E) a continuidade na expressão textual.

### 6

A contracapa do Minidicionário da Língua Portuguesa, de autoria de Evanildo Bechara, traz o seguinte:

*Elaborado pelo prof. Evanildo Bechara, o único representante da ABL no novo Acordo Ortográfico.*

*Muito fácil de consultar.*

*Todas as palavras alteradas pela Reforma Ortográfica vêm assinaladas.*

*Mais de 30 mil palavras e locuções.*

*Regionalismos, estrangeirismos e siglas.*

Assinale a opção que **não** mostra uma vantagem que está explícita ou implicitamente aí indicada.

- (A) Grande número de vocábulos incluídos na obra.
- (B) Classificação gramatical dos vocábulos.
- (C) Facilidade de acesso à obra.
- (D) Informações de qualidade diferenciada.
- (E) Informações atuais sobre palavras.

### 7

Um anúncio de produtos eletrônicos dizia:

*Tem coisas que nem o Papai Noel faz pra você: uma lista de presentes para este Natal – Philco cinema, DVD portátil Adventure e Micro System PH671.*

Assinale a observação correta sobre esse pequeno texto.

- (A) A referência a Papai Noel se deve ao fato de ele ser o autor de muitas listas de presentes.
- (B) O anúncio mostra interferência da língua falada com o intuito de aproximação social com os leitores.
- (C) O pronome de tratamento “você” se refere no texto a um receptor específico.
- (D) Os produtos referidos no texto servem para mostrar a alta qualidade do que é anunciado.
- (E) O anúncio procura lembrar aos leitores a necessidade de dar bons presentes no Natal.

### 8

Num dos quadrinhos da Turma da Mônica, em história que ocorre na zona rural do país, há um diálogo entre um menino e sua mãe:

*Menino – Mãe, tenho uma coisa boa e uma coisa ruim pra contá pra senhora!*

*Mãe – Qual é a boa?*

*Menino – No ano que vem vou usá os mermo livros deste ano!*

Assinale a afirmação correta sobre esse pequeno diálogo.

- (A) No diálogo não ocorre perfeito entendimento entre os personagens dos quadrinhos.
- (B) Os dois personagens dos quadrinhos empregam a mesma variação linguística.
- (C) A variação linguística mostrada pelo menino intensifica o efeito humorístico da história narrada.
- (D) A variação linguística do menino mostra exclusivamente trocas de pronúncia nas vogais.
- (E) A notícia boa era a permanência do menino na mesma escola.

**9**

Observe o seguinte texto:

*Em maio de 1985, cientistas alertaram para a existência de um buraco na camada de ozônio em cima da Antártida numa revista científica. Essa camada protege animais, plantas e homens das radiações solares.*

*A descoberta foi divulgada pelos pesquisadores Joe Farman, Brian Gardiner e Jonathan Shanklin. O buraco está relacionado ao acúmulo de gases CFCs (usados em sistemas de refrigeração e de ar-condicionado e em solventes industriais).*

*Para reverter a situação, foi firmado em 1987 o Protocolo de Montreal, em que os países se comprometeram a substituir os CFCs. A expectativa dos cientistas é que em 2080 a camada de ozônio da Antártida volte aos níveis de 1950.*

Assinale a observação correta sobre esse pequeno texto.

- (A) Uma data importante é lembrada nesse texto e o autor emprega uma linguagem de caráter subjetivo para isso.
- (B) O texto, por sua estrutura e conteúdo deve ser incluído entre os de caráter didático.
- (C) O texto termina com um apelo à intimidação dos cientistas envolvidos no fato noticiado.
- (D) A variação linguística empregada no texto é a popular, para mais fácil comunicação com os leitores.
- (E) Para comprovar a veracidade dos fatos informados, o autor apelou para depoimentos de autoridades.

**10**

Um jornal português trazia o seguinte texto:

*Aterror nas lojas antes de levantar voo. A nova zona comercial do aeroporto de Lisboa está maior e mais bonita. Ana Garcia Martins não foi de viagem, mas foi visitá-la. Ir de viagem e não comprar perfumes e chocolates no aeroporto é mais ou menos a mesma coisa que ir a Roma e não ver o Papa.*

Assinale a afirmação **inadequada** sobre esse texto.

- (A) A utilização do verbo “aterrar” em lugar de “aterrissar” indica uma preferência vocabular dos portugueses.
- (B) O texto deve ser enquadrado como publicitário, tendo por objeto o comércio nas lojas do aeroporto de Lisboa.
- (C) A pessoa citada, no texto, mostra uma atitude que deveria ser copiada por outras pessoas.
- (D) O pronome “la” se refere à zona comercial do aeroporto.
- (E) A comparação final do texto é feita para mostrar o absurdo que é ir a Roma e não ver o Papa.

**11**

Assinale a frase em que predomina a função metalinguística de linguagem.

- (A) O ouro não é tudo. Também existem diamantes.
- (B) Estou vivendo a experiência de ficar sem dinheiro.
- (C) O que aprendemos com o passado é que raramente aprendemos com o passado.
- (D) A diferença entre pê e pé não é só no acento gráfico.
- (E) A verdadeira constituição das coisas gosta de ocultar-se.

**12**

Observe este anúncio publicitário:

*Novo Nokia N85. Fotografe. Filme. Crie. Jogue. Encontre. Conectado. Sempre.*

Assinale a afirmação correta sobre esse texto.

- (A) Os períodos do texto mostram paralelismo sintático.
- (B) O principal objetivo desse texto é convencer o leitor.
- (C) O texto concentra sua atenção no produto anunciado.
- (D) O emprego do imperativo neste caso indica ordem.
- (E) Predomina no texto a função emotiva.

**13**

Assinale a frase em que o verbo sublinhado tem valor de elemento coesivo referencial.

- (A) O jogador mostrou dedicação, mas seu colega não fez o mesmo.
- (B) Todos construíram suas casas rapidamente, mas outros atrasaram-se na tarefa.
- (C) O turista escreveu uma carta aos parentes, enquanto seu colega comprava presentes para os seus.
- (D) Todos viajaram ao mesmo tempo, mas alguns ficaram presos por exigências burocráticas.
- (E) Eu componho músicas e ele redige as letras.

**14**

Assinale a opção em que a relação lógica entre os segmentos da frase se encontra corretamente indicada.

- (A) Cave no local em que o ouro está enterrado, / a não ser que você só esteja precisando de exercício – relação de conformidade.
- (B) A fé remove montanhas, / mas os ecologistas são contra. – relação de explicação.
- (C) Quando a última árvore for cortada / os homens vão perceber que dinheiro não alimenta. / relação de tempo.
- (D) Há flores em todas as estações, / assim como loucuras em todas as idades. - relação de modo.
- (E) Os bichos não são tão burros / como se pensa. – relação de causa.

**15**

Assinale a frase que **não** mostra traço de intertextualidade.

- (A) A queda desse fiscal é uma crônica anunciada, pois ele vendia licenças.
- (B) Dizem que devagar se vai ao longe, mas quando se chega atrasado, tudo já foi vendido.
- (C) A Bíblia tinha razão, pois encontraram a Arca de Noé soterrada em um deserto.
- (D) Se conversa mole fosse avião, o Brasil teria a maior força aérea do mundo.
- (E) O futuro a Deus pertence e, quando a gente é ministro, pertence também ao Presidente.

**16**

Cada frase abaixo mostra uma inferência (algo deduzido do que foi expresso).

Assinale a frase em que a inferência é **inadequada**.

- (A) Se meu médico me disser que tenho somente um dia de vida, não vou ficar remoendo. Redigirei as obras mais rapidamente. Inferência: o emissor é escritor.
- (B) Pretendo viver para sempre. Até agora, tudo bem. Inferência: o emissor já morreu.
- (C) É praticamente impossível olhar para um pinguim e sentir raiva. Inferência: a imagem do pinguim é agradável.
- (D) Queria ter 25 ou 32 anos. Como não tenho, não digo a minha idade. Inferência: o emissor da frase é mais velho.
- (E) O limão é uma laranja de mau humor. Inferência: o gosto do limão é amargo.

## LEGISLAÇÃO

### 17

No exercício de suas atribuições como analista do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Geraldino opôs resistência injustificada ao andamento de determinado processo, sendo certo que nunca havia violado dever funcional anteriormente, razão pela qual foi instaurada sindicância para fins de apuração da mencionada infração.

Acerca da penalidade aplicável a Geraldino na situação descrita e da sindicância, à luz do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual nº 53/2001), é correto afirmar que

- (A) caso não se justifique a aplicação de penalidade mais grave à a Geraldino, a sanção de advertência pode resultar da sindicância, mediante a ampla defesa e o contraditório.
- (B) a penalidade mais leve prevista para a situação em comento é a suspensão de Geraldino por sessenta dias, que pode resultar da sindicância, independentemente da ampla defesa e contraditório.
- (C) pode ser aplicada à a Geraldino a sanção de advertência, suspensão ou demissão, que, em qualquer caso, poderá resultar da sindicância, que não exige a observância da ampla defesa e do contraditório.
- (D) ainda que se conclua que a penalidade aplicável à a Geraldino deve ser a advertência, a imposição da sanção não pode resultar da sindicância, diante da necessidade de ampla defesa e contraditório.
- (E) a infração cometida por Geraldino está elencada dentre aquelas que justificam a penalidade de demissão, de modo que deve ser instaurado o processo administrativo disciplinar, não podendo resultar da sindicância.

### 18

Ao analisar o ciclo da gestão de desempenho por competências delineado na Resolução TJRR/TP nº 28/2023, João concluiu corretamente que

- (A) o planejamento anual das qualificações a serem oferecidas pela Escola do Poder Judiciário deverá contemplar o conteúdo dos planos de desenvolvimento individual (PDI).
- (B) a gestão de desempenho por competências é realizada em ciclos mensais, composto das seguintes fases: acordo de desempenho, avaliação do desempenho, *feedback* pós-avaliação; e planos de desenvolvimento.
- (C) o *feedback* poderá ser realizado de forma individual ou por grupo de servidores sob a mesma chefia, sendo vedada a alteração das notas inicialmente atribuídas na avaliação de desempenho.
- (D) os planos de desenvolvimento consistem em compromissos firmados entre servidor e chefia imediata quanto aos resultados e comportamentos esperados no período a ser avaliado.
- (E) a avaliação de desempenho é a aferição sistemática das competências das pessoas, expressadas pelo conjunto de aptidões e conhecimentos demonstrados no ambiente de trabalho, não podendo ser composta da autoavaliação.

### 19

Entre os compromissos de conduta ética previstos na Resolução TJRR/TP nº 73/2022 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima), encontramos o seguinte:

- (A) atuar com neutralidade no cumprimento de suas atribuições, sendo possível, contudo, manifestar suas influências político-partidária, religiosa ou ideológica no exercício de suas atribuições.
- (B) zelar pelo uso correto e eficiente do patrimônio institucional, adotando práticas de economicidade e sustentabilidade, o que não abarca o combate ao desperdício de materiais utilizados no âmbito do Tribunal ou de sua missão institucional.
- (C) tratar autoridades, superiores hierárquicos, jurisdicionados, advogados, demais servidores, terceirizados, estagiários e outros colaboradores com respeito, cordialidade, disponibilidade e senso de cooperação e justiça, inclusive quanto às limitações pessoais.
- (D) utilizar com responsabilidade os recursos e ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação, observando as normas internas, autorizando-se a utilização desses recursos para propagação e divulgação de conteúdo mesmo que atente contra a moralidade administrativa.
- (E) representar de imediato à autoridade competente todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, salvo quanto à denúncia de pressões de superiores hierárquicos que visem a obter vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas.

### 20

Considerando os impedimentos e incompatibilidades dos Magistrados e dos Servidores da Justiça previstos no Novo Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual nº 221/2014 - COJERR), é correto afirmar que

- (A) nenhum Servidor da Justiça, em qualquer categoria, poderá funcionar juntamente com o cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau na mesma Comarca, mesmo que não haja dependência hierárquica entre as funções dos respectivos cargos.
- (B) o impedimento relativo ao funcionamento de servidores da Justiça de atuar no mesmo feito com cônjuges e parentes não pode ser aplicado quando alguma das partes, seu procurador ou o agente do Ministério Público, mantiver com o servidor idêntica relação de parentesco, consanguíneo ou afim.
- (C) na hipótese de verificação de impedimento do servidor da Justiça em razão da atuação de seu com o cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau na mesma Comarca, será afastado o primeiro nomeado.
- (D) exceto em atos ou processos administrativos ou de jurisdição graciosa do Tribunal de Justiça, não poderão funcionar conjuntamente como Juizes, no Tribunal Pleno, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- (E) são válidas e eficazes as remoções de Magistrados feitas a pedido que motivarem impedimento entre Magistrados ou entre Magistrado e o membro do Ministério Público ou Auxiliar de Justiça, em razão de ser o cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

**21**

Em decorrência de erro médico cometido em determinado hospital público estadual, Meire, maior e capaz, ajuizou ação em face do Estado de Roraima, para fins de responsabilização Civil pelo aludido evento, na Comarca de Boa Vista.

Tendo em conta o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (Resolução TJRR/TP nº 27/2023), é correto afirmar que o Juízo especializado para a aludida demanda é

- (A) o Terceiro Juizado Especial Cível.
- (B) a Sexta Vara Cível.
- (C) a Turma Recursal.
- (D) a Vara de Execução Fiscal.
- (E) a Primeira Vara de Fazenda Pública.

**22**

Diante de sua regular investidura no cargo de Analista do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, Renato decidiu verificar quais parcelas de sua remuneração estão incluídas no teto remuneratório, de acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima (Lei Complementar Estadual nº 53/2001, com as alterações supervenientes), vindo a concluir corretamente que entre elas pode ser apontada

- (A) a gratificação natalina.
- (B) o adicional de férias.
- (C) o adicional noturno.
- (D) o adicional pela prestação de serviços extraordinários.
- (E) a retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.

## NORMAS APLICADAS AO PODER JUDICIÁRIO

**23**

Os órgãos do Poder Judiciário devem realizar a gestão do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS). O PLS deverá ser composto, no mínimo, pelos indicadores de desempenho relacionados aos seguintes temas, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Logística reversa.
- (B) Energia elétrica.
- (C) Água e esgoto.
- (D) Gestão de resíduos.
- (E) Qualidade de vida no ambiente de trabalho.

**24**

Os princípios da Gestão Estratégica de Processos **não** incluem

- (A) a visão estratégica.
- (B) a seletividade.
- (C) o gerenciamento intensivo.
- (D) a padronização de processos.
- (E) o aprendizado.

**25**

Os princípios da gestão de qualidade incluem os seguintes, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Liderança.
- (B) Foco no cliente.
- (C) Envolvimento das pessoas.
- (D) Abordagem de processo.
- (E) Inovação estratégica.

**26**

Segundo a Resolução nº 400 de 16/06/2021 do Conselho Nacional de Justiça, os órgãos do Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável.

De acordo com a referida norma é correto afirmar que

- (A) contratações compartilhadas são práticas institucionais que tenham como objetivo a promoção de comportamentos éticos e que contribuam para o desenvolvimento ambiental, social, cultural e econômico, melhorando, simultaneamente, o meio ambiente e a qualidade de vida do quadro de pessoal e auxiliar do Poder Judiciário.
- (B) as ações socialmente justas e inclusivas têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.
- (C) as ações ambientalmente corretas devem ter como objetivo a redução do impacto no meio ambiente, tendo como premissas o aumento do consumo, com o reaproveitamento e reciclagem de materiais e a observância aos modelos de padrão de consumo.
- (D) as ações economicamente viáveis devem buscar critérios de eficiência contínua dos gastos, levando em consideração a real necessidade da compra/contratação dentre as propostas mais vantajosas (análise custo-benefício) para sustentação da instituição, tendo em vista as inovações nos processos de trabalho.
- (E) as ações culturalmente diversas devem fomentar na instituição e em ações externas a adoção de comportamentos que promovam o equilíbrio e o bem-estar no ambiente de trabalho, por meio de atividades voltadas ao cuidado preventivo com a saúde, acessibilidade e inclusão social dos quadros de pessoal e auxiliar.

**27**

A unidade de sustentabilidade prevista na resolução nº 400/21 deve, preferencialmente, ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretária-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.

A seguinte lotação mínima deverá ser observada na unidade de sustentabilidade:

- (A) 10 (dez) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (B) 3 (três) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (C) 4 (quatro) servidores(as), nos tribunais cuja quantidade de servidores seja inferior ao quantitativo de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (D) 3 (três) servidores(as), nos tribunais cuja quantidade de servidores seja inferior ao quantitativo de 5.000 servidores do quadro de pessoal.
- (E) 6 (seis) servidores(as), nos tribunais que possuam mais de 5.000 servidores do quadro de pessoal.

**28**

Mentalidade de risco, na ISO 9001, é a habilidade de identificar fatores que possam levar a desvios em relação aos objetivos dos processos e do próprio Sistema de Gestão de Qualidade, assim como de adotar as medidas cabíveis para prevenir que esses desvios aconteçam.

Diante do exposto, avalie se os princípios da gestão de risco incluem:

- I. Estabelecimento do Contexto.
- II. Identificação dos Riscos.
- III. Análise dos Riscos.
- IV. Avaliação dos Riscos.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**29**

Os Guias de Contratações Sustentáveis devem observar a legislação vigente e as normas técnicas para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, segurança e acessibilidade dos materiais utilizados de acordo com as orientações dos seguintes órgãos competentes, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- (B) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos (Ibama).
- (C) Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR).
- (D) Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC).
- (E) Agência Nacional do Petróleo (ANP).

**30**

Sobre o Mapa Estratégico do Poder Judiciário 2021/2026 avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. O aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.
- II. O aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa e aperfeiçoamento do sistema penitenciário.
- III. A prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para conflitos se referem ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**31**

A República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, com exceção de um. Assinale-o.

- (A) Intervenção consentida.
- (B) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (C) Independência nacional.
- (D) Prevalência dos direitos humanos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

**32**

São brasileiros natos

- (A) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de trinta anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (B) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (C) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, ou venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- (E) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

**33**

A Constituição, em regra, veda a acumulação de cargos públicos, com algumas exceções. Diante do exposto, desde que haja compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de

- (A) um cargo de professor universitário com dois cargos de médicos.
- (B) três cargos de médicos.
- (C) dois cargos de professores.
- (D) dois cargos de profissionais da área de educação.
- (E) um cargo de médico com outro técnico ou científico.

**34**

O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

As opções a seguir apresentam membros que participam desse Conselho, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- (D) Um juiz do Tribunal Regional Eleitoral, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) Um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

**35**

A nova lei de licitações (Lei nº 14.133/21) instituiu uma nova modalidade de licitação denominada

- (A) pregão.
- (B) tomada de preços.
- (C) leilão.
- (D) cotação prévia.
- (E) diálogo competitivo.

**36**

As metamorfoses no “mundo” do trabalho incidem no mercado de trabalho do Serviço Social e no exercício profissional de assistentes sociais e demais profissionais, em uma contextualização de degradação do trabalho e precarização das condições em que ele é exercido, considerando ainda a erosão dos sistemas públicos de proteção social, lugar institucional privilegiado onde operam os(as) trabalhadores(as) sociais, impactando não apenas as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, mas também

- (A) suas sociabilidades individual e coletiva.
- (B) as formas de operacionalizar a dimensão técnico operativa.
- (C) o desempenho da dimensão ético política no fazer profissional.
- (D) o manejo da instrumentalidade do Serviço Social.
- (E) a individualização do trabalho e concomitantemente, a solidariedade entre pares.

**37**

A incorporação das categorias teóricas do método de Marx no debate do Serviço Social se deu pela necessidade de avanço nas análises sobre a realidade, considerando que, para efetivar-se uma intervenção crítica na realidade, é imprescindível que se tenha rigor teórico-metodológico. Ainda que todo o acervo categorial do materialismo histórico-dialético seja indispensável para interpretação da realidade, entende-se que a mediação é da maior importância para o processo de compreensão radical dos fenômenos, especialmente por suas dimensões ontológica e reflexiva.

A formação de profissionais capazes de analisar e intervir na realidade com rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, só é possível à luz da adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de

- (A) imediatividade, concreticidade e singularidade.
- (B) facticidade, cotidianidade e particularidade.
- (C) universalidade, particularidade e singularidade.
- (D) cotidianidade, concreticidade e universalidade.
- (E) universalidade, singularidade e facticidade.

**38**

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), no que concerne ao acolhimento institucional, destacam princípios que, por si só, representam ruptura com o modelo histórico de institucionalização no país, em que os cuidados de crianças e adolescentes em ambiente institucional poderiam estender-se por longos anos.

Ressalte-se que, com base no ECA, o plano afirma a relação entre reordenamento e mudança de paradigma de cuidados. Nesse sentido, na prática, as atividades ofertadas pelas unidades devem não apenas fornecer proteção a crianças e adolescentes com direitos violados, mas também garantir cuidados personalizados e individualizados, além de promover os direitos de cidadania dos acolhidos nessa fase peculiar de desenvolvimento.

Isto posto, o ECA e o PNCFC, no tocante ao acolhimento de crianças e adolescentes levados a termo pelo Serviço de Acolhimento Institucional se pautam pelos princípios de

- (A) regularidade e a transversalidade.
- (B) intersetorialidade e a integralidade.
- (C) reordenamento e a excepcionalidade.
- (D) excepcionalidade e a provisoriabilidade.
- (E) regularidade e a provisoriabilidade.

**39**

Tomar a epistemologia feminista como caminho significa enfatizar as mulheres como sujeitos históricos, negando uma ciência neutra, objetiva e baseada em um único tipo de racionalidade. Com isso, é possível explicitar que todo discurso científico tem um sujeito operante, e nas sociedades modernas capitalistas são os homens brancos, cis heterossexuais, ocidentais e das elites que se constituíram o lugar hegemônico da razão técnico-científica. A epistemologia feminista realiza a crítica de que o conhecimento científico não é universal, mas androcêntrico.

Outro aspecto central da epistemologia feminista é seu caráter político e, portanto, é um conhecimento fundado na implicação política

- (A) cujo destaque central privilegia a condição de trabalhadoras das mulheres negras e os sentidos que a domesticidade e a casa podem ter para elas.
- (B) de que o gênero, de imediato, associou outros marcadores sociais de diferença e desigualdade como raça, sexualidade, território e classe.
- (C) tanto em termos de desvelamento dos mecanismos hierárquicos e de poder, como no sentido da formulação de outra ordem social.
- (D) de que o gênero, terminou por se constituir ele próprio um conceito que reconheceu desde o início, a complexidade das relações de poder, exploração e opressão das mulheres.
- (E) de que feministas negras nunca estranharam agendas do feminismo distantes das experiências coletivas das mulheres negras na diáspora africana.

**40**

O Escravidismo Tardio, que compreende o período entre 1850 a 1888, caracterizou-se pela fase de transição para o capitalismo dependente e de passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, fase esta caracterizada como “modernização conservadora”, que se traduziu por uma série de mudanças econômicas, nos processos de exploração da força de trabalho, no que se refere à incorporação de padrões científicos europeus, mas que, ao mesmo tempo,

- (A) conduziu em relativa igualdade de condições a transição do trabalho escravo para o trabalho livre.
- (B) criou condições de sobrevivência e de inserção para a população negra no contexto pós-abolição.
- (C) significou garantia de melhoria de condições de vida, de trabalho e de acesso a bens de subsistência para a população negra.
- (D) manteve a reprodução da opressão racial nas relações sociais.
- (E) incorporou a estrutura agrária do período colonial, sendo permeável às demandas apresentadas pela classe trabalhadora, especialmente da população negra.

**41**

As reformas institucionais e os ajustamentos ideológicos da agenda de contrarreforma do Estado, são linhas que perpassam, de forma mais ou menos nítidas, todas as fases do neoliberalismo no Brasil.

Do ponto de vista das respostas estatais à “questão social”, a premissa continua sendo a “redução dos custos da intervenção do Estado”, processo ritmado pelas tendências de

- (A) universalidade, centralização e estatização.
- (B) centralização a nível federal, tanto das decisões como dos financiamentos.
- (C) bloqueio da participação social e política nos processos decisórios.
- (D) focalização, descentralização e privatização das políticas sociais.
- (E) fragmentação, burocratização e transparência da máquina administrativa.

**42**

A contrarreforma do Estado brasileiro teve como finalidade o fortalecimento do mercado e a redução do Estado no âmbito social, o que tem feito sem alterar as antigas relações de dominação tanto na Divisão Internacional no Trabalho, quanto na dominação de classe.

A contrapelo dos avanços constitucionais, as novas premissas da administração pública constroem os mecanismos burocráticos potenciais para o desenvolvimento de uma gestão na perspectiva democrática, obstruindo as vias de concretização, ampliação e aprofundamento dos direitos universais, ao mesmo tempo que promove

- (A) o fortalecimento da Previdência e da Assistência Social em particular.
- (B) o desmonte da Seguridade Social.
- (C) a ampliação das políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social.
- (D) o alargamento da Seguridade Social e em especial, da Política de Saúde.
- (E) o desmonte da política de Assistência Social, sobretudo.

**43**

É um dos vértices do tripé que da seguridade social que exige contrapartida do contribuinte para que possa usufruir dos benefícios e serviços oferecidos. Possui função social e tem como objetivo cobrir riscos sociais afetos aos trabalhadores/as, pela perda definitiva ou temporária para o trabalho, quando constatada sua incapacidade. Alguns desses benefícios poderão substituir ou complementar a remuneração do trabalhador que por algum motivo ficou impedido de exercer suas atividades laborais, bem como aquele(a) trabalhador(a) que está incapacitado(a) ou teve sua capacidade de trabalho reduzida.

Estamos nos referindo a

- (A) Benefício de Prestação Continuada.
- (B) Assistência Social.
- (C) Lei Orgânica da Assistência Social.
- (D) Saúde.
- (E) Previdência Social.

**44**

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. O serviço configura-se como um importante canal de identificação de situação de risco pessoal e social que podem, em determinadas situações, associar-se ao uso abusivo ou dependência de drogas.

O Serviço especializado em Abordagem Social é ofertado no âmbito

- (A) da Proteção Social especial de Alta Complexidade.
- (B) dos equipamentos sociais vinculados ao Sus.
- (C) da Proteção Social especial de Média Complexidade.
- (D) da Proteção Social básica.
- (E) dos espaços sociojurídicos.

**45**

A constituição das populações quilombolas como práticas de resistência à escravidão e pós-Abolição ocorreu em diversos lugares da América onde houve escravidão. Assim, as comunidades quilombolas construíram, em toda a América, e em especial no Brasil, uma territorialidade negra coletiva com formas específicas de reprodução material e social, com um modo de vida específico nos territórios composto

- (A) por memórias individuais, tradições ancestrais e modo de vida dos grupos.
- (B) pelo uso particular dos recursos naturais e vínculos restritos de parentesco nas comunidades.
- (C) pelo respeito aos mais velhos, liderança masculina e vínculo à agricultura.
- (D) pela capacidade organizativa para luta pela demarcação e titulação individual dos territórios.
- (E) por dimensões políticas, econômicas, de parentesco e de religiosidade.



**46**

SINASE é o Sistema de Execução Socioeducativa, instituído por meio de Lei nº 12.594/12. Trata-se de modificações e complementações ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8069/90, destinadas à regulação da execução das medidas socioeducativas, cumpridas por adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais.

As ações socioeducativas devem influenciar a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assumam um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas.

Nesse sentido, um importante instrumento no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com ele e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa é

- (A) a Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).
- (B) o desenvolvimento de um projeto de aconselhamento sistemático de conduta social enquanto perdurar o cumprimento da medida.
- (C) a realização de ações multidisciplinares que formulem regras de convivência e comportamentos, comuns a todos os adolescentes.
- (D) o desenvolvimento de orientações voltadas predominantemente a sua inserção no mundo do trabalho.
- (E) a elaboração de um plano pedagógico que vise sua inserção na cultura institucional onde cumpre a medida.

**47**

A Lei nº 13.431/2017 normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais.

As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência.

No sentido da proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência a Lei nº 13.431/2017 estabelece

- (A) a oitiva da criança por meio da escuta especializada.
- (B) a escuta especializada e o depoimento especial.
- (C) a escuta especializada e depoimento especial em sede policial simultaneamente.
- (D) a escuta especializada em sede de autoridade policial ou judiciária.
- (E) o depoimento especial realizado pela rede socioassistencial.

**48**

O salto conceitual e político promovido pela luta antirracista não ocorreu de forma espontânea, sendo necessário percorrer um longo caminho até a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, que inseriu na arena pública uma nova âncora de positividade do pertencimento negro e, promovendo um arsenal de políticas e nelas contidas, dentre outras medidas, as ações afirmativas.

Conforme preceitua o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010, entende-se por ações afirmativas os programas e as medidas especiais adotados pelo Estado ou pela iniciativa privada para

- (A) reparar parcialmente as desigualdades de classe e a dívida social com a população negra.
- (B) reserva de vagas no serviço público e/ou na iniciativa privada para mulheres negras nos processos seletivos organizados.
- (C) responder ligeiramente às gerações de militantes e grupos negros organizados.
- (D) corrigir desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades.
- (E) reserva de vagas nas universidades públicas e/ou na iniciativa privada, também conhecida como política de cotas especialmente para homens negros.

**49**

O sistema prisional brasileiro pode ser caracterizado, a princípio, como o espaço de cumprimento de pena e disposições de sentença. Ele engloba a execução penal que, no Brasil, se associa à chamada 'política de ressocialização'. Segundo o Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional, ao indivíduo preso cabe a política de ressocialização, e é nessa política que, em geral, se insere a ação dos assistentes sociais, a partir da demanda institucional. A chamada 'ressocialização' possui suas bases estabelecidas pela Lei de Execução Penal (LEP). A legitimidade de aplicação da pena, em nosso contexto social, ocorre a partir de concepções jurídicas, cujo Estado possui o direito de punir.

É, portanto, nessa conjuntura que os assistentes sociais atuam em um misto institucional contraditório de

- (A) manutenção de pena e remissão.
- (B) encarceramento e ressocialização.
- (C) aprisionamento e reeducação.
- (D) reeducação e controle social.
- (E) punição e humanização.

**50**

Os espaços públicos são os territórios de atuação. As realidades desses territórios são sua matéria-prima. Conhecer os territórios de atuação e a relação que as pessoas mantêm com esses espaços, é condição para nos aproximarmos dos sujeitos que lá estão e iniciarmos o trabalho social inerente ao serviço.

Sua posição geográfica na cidade, sua história e tradição, o modo como o território é pensado e vivido pelas pessoas que o habitam e nele trabalham, os períodos e horários que as pessoas o frequentam, são aspectos a serem observados e compreendidos pelas equipes do Serviço da(o)

- (A) abordagem social.
- (B) política de habitação.
- (C) política urbana.
- (D) sistema de justiça.
- (E) atenção terciária da saúde.

**51**

Quando pensamos em emancipação, uma das primeiras ideias remete, geralmente, à esfera legal, àquilo que é disposto nas leis. Segundo o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002), a emancipação acontece, regularmente, aos 18 anos, quando as pessoas são consideradas aptas para a prática de todos os atos da vida civil.

De algum tempo para cá, tornou-se corrente no campo de algumas ações governamentais que têm a juventude como foco sua qualificação como políticas emancipadoras ou emancipatórias. Uma importante medida, no sentido da consolidação do termo tanto na esfera legal quanto no campo das políticas públicas, relaciona-se ao fato de o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) destacar, desde seus artigos iniciais, a promoção da autonomia e emancipação juvenis com um dos princípios norteadores das políticas públicas direcionadas para os jovens. De acordo com o Estatuto da Juventude, a emancipação juvenil diz respeito à “trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida em sociedade” (Art. 2º, parágrafo único).

Sobre esse aspecto, observa-se que muito do que se tem definido como políticas emancipatórias no campo da juventude emerge da contraposição dessas às chamadas políticas

- (A) revolucionárias, que analisam a exclusão social entre grande parte dos jovens dos estratos marginalizados da população; pautada na imediatividade das respostas às demandas apresentadas.
- (B) tradicionais, conservadoras, que não consideram a juventude no seu conjunto, como sujeito de direitos em todas as instâncias da vida social.
- (C) progressistas, com ações focadas fundamentalmente nos interesses dos grupos juvenis que ainda sofrem com as formas mais graves e violentas de exclusão social.
- (D) contemporâneas, cujo foco prioriza o atendimento às necessidades da vida cotidiana experienciadas pela juventude nos grandes centros urbanos.
- (E) pós modernas, que combinam mecanismos de proteção social e ações que gerem oportunidades de inserção profissional, societária e cultural para uma parcela da juventude, especialmente a da área rural.

**52**

Considerando o desenvolvimento desigual e combinado do Estado brasileiro, por meios repressivos e pela construção de ideologias racistas, negros e negras foram sendo relegados aos trabalhos mais degradados e mal pagos, enquanto os serviços mais qualificados, o trabalho intelectual e os trabalhos bem pagos foram sendo selecionados para os segmentos racializados como brancos.

Isso gerou, desde o início do capitalismo no Brasil, um processo de hierarquização que promove

- (A) uma transição para o capitalismo dependente, com atuação do Estado na garantia de melhoria de condições de vida para a população negra.
- (B) igualdade jurídica, política e social no tocante ao acesso a bens de subsistência para a população negra.
- (C) uma divisão sociorracial do trabalho que ajudou e facilitou a superexploração e a dominação necessária à manutenção da dependência.
- (D) uma democracia racial e étnica.
- (E) respostas às expressões da questão social, via políticas e serviços, que, estruturalmente pautava-se na universalidade das ações.

**53**

O fenômeno população em situação de rua (PSR) no Brasil foi acentuado a partir de meados dos anos 1980, quando o país vivenciou o esgotamento do período desenvolvimentista fundado na substituição de importações e a desaceleração do crescimento industrial, o que elevou sobremaneira a taxa de desemprego e informalidade. Já nos anos 1990, a implementação do receituário neoliberal e a reestruturação produtiva agravaram ainda mais este quadro, engrossando as fileiras do exército industrial de reserva.

É nesse período que têm início as primeiras ações públicas no atendimento à PSR em algumas cidades brasileiras. Tais avanços contribuíram para a apresentação, em 2008, da Política Nacional para Inclusão Social da PSR, que conjuga ações municipais, estaduais e federais no atendimento às demandas deste segmento e estabelece

- (A) ações privadas e filantrópicas, bem como as práticas higienistas e/ou coercitivas no enfrentamento deste fenômeno.
- (B) a unificação, fragmentação e segmentação dos serviços, programas e projetos; bem como entre os diferentes setores e equipes.
- (C) exigências formais e burocráticas para o atendimento, como a apresentação de documentos de identificação pessoal e de endereço domiciliar.
- (D) a interdisciplinaridade e intersectorialidade das políticas sociais como eixo central para a garantia dos direitos da PSR.
- (E) a exigência de endereço domiciliar para inscrição em determinados programas e serviços.

**54**

A violência intrafamiliar é habitualmente tipificada para fins dos registros em violência sexual, violência física e violência psicológica. A maioria dos casos de violência sexual acontece dentro de casa e tem como principais agressores os próprios pais biológicos, membros da família extensa, os companheiros das mães, pessoas próximas da família, presentes frequentemente no espaço doméstico.

Segundo os estudiosos, esses tipos de violência são fenômenos complexos, podendo se encontrar, em cada um, o atravessamento de dois fatores preponderantes, a saber, os atravessamentos

- (A) intergeracionais e de gênero.
- (B) físicos e ambientais.
- (C) educacionais e religiosos.
- (D) morais e biológicos.
- (E) mentais e bioquímicos.

**55**

Somente com a redemocratização da sociedade brasileira seguida pela consolidação da Constituição Federal de 1988 é que se passa a estruturar o embrião da cidadania social no Brasil, processo que teve início já nos finais da década anterior com o fortalecimento da sociedade civil em oposição à ditadura militar (1964-1985). A despeito das disputas entre os distintos projetos societários que permearam aquela conjuntura, cabe sinalizar que a ala democrática angariou importantes conquistas, expressas na CF/1988.

Entre as conquistas, chamam a atenção as premissas que balizaram a ampliação formal

- (A) do controle social e ativismo popular no âmbito das políticas públicas.
- (B) da cidadania estratificada e desmonte da Seguridade Social.
- (C) da democracia social e o alargamento da democracia política.
- (D) da despatriarcalização e acolhimento da pauta feminista.
- (E) da democracia racial e apagamento das discussões sobre gênero.

**56**

Os caminhos e descaminhos da política social no Brasil são determinados pelas particularidades da formação social brasileira, com especial atenção para o desenvolvimento do capitalismo dependente e para a edificação de um Estado autocrático condensador dos interesses das burguesias interna e externa. O caráter dependente do capitalismo brasileiro advém do fato de que a independência política não alterou a posição subordinada do país na Divisão Internacional do Trabalho, antes as transformações políticas e econômicas operadas ao longo do século XX aprofundaram essa relação.

Uma das particularidades mais perversas do capitalismo de tipo dependente consiste

- (A) na prestação de políticas universais e seletivas vinculadas a classe trabalhadora.
- (B) na superexploração da força de trabalho.
- (C) em instituir o familismo como condão para as políticas sociais.
- (D) em estabelecer uma relação limítrofe entre democracia e o capitalismo brasileiro.
- (E) em buscar o consenso entre capital e trabalho em um contexto de distribuição da riqueza social.

**57**

Os assistentes sociais que atuam no Judiciário se deparam, cotidianamente, com pessoas que vivenciam violações de direitos, atravessadas pela violência social e interpessoal, com vínculos sociais e familiares rompidos ou fragilizados.

Nesse contexto, o assistente social que trabalha em consonância com a defesa e a garantia de direitos deve avançar na direção de

- (A) encaminhar as pessoas à Defensoria Pública, onde receberão um atendimento mais qualificado, face a complexidade da situação.
- (B) aconselhar as pessoas a assumirem comportamentos mais construtivos, visando a evitar conflitos que resultem na fragilização dos vínculos familiares.
- (C) promover a reflexão sobre o papel do Estado na regulação da vida social, para que as pessoas evitem se envolver em situações de conflito com as leis.
- (D) possibilitar um espaço de informação, de diálogo e de escuta, estimulando a reflexão crítica das situações vivenciadas para estabelecer caminhos viáveis ao acesso a direitos.
- (E) realizar a busca ativa das famílias que abandonam seus entes, para que se responsabilizem pelo cuidado, rompendo o ciclo da violência.

**58**

A inserção do serviço social no Poder Judiciário tem uma longa tradição na profissão, mas passaram-se décadas até o termo sociojurídico vir a definir esta área atuação e de produção de conhecimento.

Identifique, entre os eventos abaixo, em qual foi criada, pela primeira vez, uma seção temática para aglutinar os profissionais que atuam em espaços socio ocupacionais em interface com o universo jurídico, inaugurando uma agenda de compromissos que incluiriam ações relacionadas à área sociojurídica.

- (A) O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no ano de 1995, em Salvador, Bahia.
- (B) O X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no ano de 2002, no Rio de Janeiro.
- (C) O XI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, realizado no ano de 2008, em São Luiz, Maranhão.
- (D) O Congresso Internacional Psicossocial Jurídico, realizado no ano de 2009, em Brasília.
- (E) O I Seminário Estadual “O Serviço Social na Defesa dos Direitos Humanos”, realizado no ano de 2009, em Vitória, ES.

**59**

A realização do estudo social requer a utilização de diferentes instrumentos, dentre os quais a entrevista social. Segundo os estudiosos dos fundamentos da profissão, a entrevista social não deixa de ser um diálogo, um processo de comunicação direta entre o assistente social e um usuário dos serviços. O que diferencia a entrevista de um diálogo comum é o fato de o Assistente Social ocupar um papel diferente do papel do usuário.

Qual o papel do assistente social frente ao usuário, ao realizar uma entrevista social?

- (A) O papel do assistente social, ao realizar a entrevista social, é a de conduzir o diálogo, de direcionar para os objetivos que se pretendem alcançar.
- (B) O papel do assistente social, ao realizar a entrevista social, é deixar o usuário à vontade para revelar a verdade dos fatos que se pretende alcançar.
- (C) O papel do assistente social, ao realizar a entrevista social, é impedir que o usuário expresse seus sentimentos de maneira destrutiva.
- (D) O papel do assistente social, ao realizar a entrevista social, é traçar o perfil do usuário a partir de critérios de elegibilidade.
- (E) O papel do assistente social, ao realizar a entrevista social, é limitar a duração da entrevista, considerando a grande demanda.

**60**

Historicamente, construiu-se a ideia de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus integrantes. Esta ideia, amplamente disseminada, faz surgir uma distinção entre as famílias, classificando-as em capazes e incapazes.

Segundo os estudos críticos das políticas sociais, as famílias capazes são as famílias

- (A) que planejam o nascimento dos filhos, evitando a explosão demográfica.
- (B) que não precisam acessar os serviços públicos.
- (C) que, via mercado, trabalho e organização interna, conseguem desempenhar com êxito as funções que lhes são atribuídas pela sociedade.
- (D) intactas, com pais de alta renda e escolaridade.
- (E) cujos integrantes gozam de saúde mental.

**61**

O Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962) eliminou a incapacidade relativa da mulher casada, que passou a praticar todos os atos que o marido também podia praticar.

Entretanto, deixou de avançar no seguinte aspecto, conforme destacam os estudiosos das posições doutrinárias do direito de família:

- (A) estabelecer a cooperação diferenciada dos cônjuges no interesse comum do casal e dos filhos, mantendo o homem como chefe da sociedade conjugal.
- (B) manter o direito do homem em definir a residência do casal.
- (C) manter o privilégio do ramo paterno em detrimento do materno em definir a religião dos filhos.
- (D) Manter a necessidade de autorização do marido para a mulher viajar ao exterior.
- (E) Manter a necessidade de autorização do marido para a mulher assumir cargo público.

**62**

Pesquisadores do serviço social na área sociojurídica identificam tensões na interface entre o Poder Judiciário e a política de assistência social mas vislumbram, nesse mesmo entrecruzamento, a possibilidade de outra forma de proteção para as crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias.

Para que essas novas formas de proteção se concretizem, é necessário que

- (A) as equipes técnicas do Poder Judiciário estabeleçam os parâmetros técnicos das políticas de proteção para as crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias.
- (B) as políticas de proteção para as crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias sejam subordinadas ao Poder Judiciário.
- (C) as políticas de proteção para as crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias sejam subordinadas ao Ministério Público.
- (D) as atenções ofertadas na política de proteção para as crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias sejam um contraponto e não uma subserviência ao judiciário
- (E) os magistrados e suas equipes técnicas realizem visitas periódicas, de surpresa, às instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, para identificar irregularidades.

**63**

A produção de documentos e a emissão de opinião técnica por profissionais de Serviço Social, por meio de diversos tipos de registros, como informes, relatórios, laudos e pareceres, faz parte das atribuições e competências profissionais de assistentes sociais.

Embora não exista um modelo ideal de relatórios, laudos e pareceres, pois os profissionais gozam de autonomia, existem parâmetros que devem ser considerados na elaboração de um laudo social em uma ação judicial. Um desses parâmetros estabelece que o laudo deve

- (A) reunir o maior número de dados possíveis para alcançar a verdade dos fatos.
- (B) juntar documentos para comprovar as informações contidas, pois é isto que confere legitimidade ao parecer.
- (C) ser descritivo, para não deixar dúvidas quanto à veracidade dos dados nele contidos.
- (D) reproduzir de modo literal as falas dos usuários, para embasar o posicionamento profissional.
- (E) articular os dados com a totalidade que explica a situação em análise, de modo a evitar interpretações com viés punitivista.

**64**

O debate sobre a Lei da Alienação Parental, no âmbito do serviço social adquire maior visibilidade com a emissão de uma nota técnica sobre o assunto, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no ano de 2022.

A nota recupera o percurso realizado pelos assistentes social sobre o assunto, para recomendar que os profissionais de serviço social, em seus relatórios, que

- (A) utilizem o termo alienação parental apenas em situação de grave ameaça ao rompimento do vínculo entre a criança e família.
- (B) não utilizem o termo síndrome para se referir à ocorrência de alienação parental.
- (C) utilizem os argumentos da lei, abstendo-se de usar o termo alienação parental.
- (D) não utilizem o termo “alienação parental”.
- (E) identifiquem, de acordo com a doutrina da alienação parental, quem pratica os atos.

**65**

Desde a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, as ações voltadas a esta população, no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, são norteadas pelo princípio do melhor interesse da criança. Apesar dos avanços nos marcos legais, materializados pela legislação em vigor, as contradições se mostram persistentes.

Entre as afirmativas abaixo, assinale a que expressa a mais evidente das contradições existentes na adesão ao princípio do super interesse.

- (A) A adesão ao princípio do melhor interesse não se aplica às crianças e adolescentes das famílias das classes afluentes, pois estas são capazes de suprir suas necessidades materiais e afetivas.
- (B) A adesão ao princípio do melhor interesse da criança conflita com o interesse dos educadores, limitando a autonomia das instituições de ensino em aplicar medidas para disciplinar os estudantes.
- (C) A adesão ao princípio do melhor interesse da criança aumentou a dependência das famílias pobres em relação ao Estado.
- (D) A adesão ao “princípio do superior interesse” não resultou, necessariamente, em avanços nas condições de vida das crianças e adolescentes, sobretudo, diante da consolidação do sistema neoliberal e seus impactos nas políticas sociais.
- (E) A adesão ao princípio do melhor interesse da criança impôs limites ao poder familiar que comprometem o equilíbrio das famílias.

**66**

As iniciativas reformadoras em psiquiatria atravessam a história, mas a novidade deste processo que chamamos de reforma psiquiátrica e vai culminar com a promulgação da Lei 10.216, no ano de 2010, tem uma marca distintiva, em que a noção de reforma ganha uma inflexão diferente.

Essa marca distintiva, segundo os pesquisadores da reforma psiquiátrica brasileira, reside no fato de que a crítica ao asilo

- (A) visa ao seu aperfeiçoamento e à humanização dos serviços ambulatoriais.
- (B) é feita em tom moderado, para evitar uma reação dos setores mais conservadores.
- (C) foi assumida pelos médicos, que não demonstraram resistência aos novos parâmetros propostos pela reforma.
- (D) questiona a eficácia dos psicofármacos, provocando um retrocesso nas pesquisas sobre os seus efeitos.
- (E) deixa de visar seu aperfeiçoamento ou humanização, vindo a incidir sobre os próprios pressupostos da psiquiatria.

**67**

Segundo a Lei nº 10.741/2003, a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo ser asseguradas todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental, bem como seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles ao seguinte órgão:

- (A) Conselho Tutelar.
- (B) CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.
- (C) Ministério Público.
- (D) Poder Judiciário.
- (E) Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

**68**

O plenário do Conselho Nacional de Justiça aprovou, recentemente, uma nova resolução, trazendo novidades em relação aos divórcios realizados extrajudicialmente e alterando a resolução que, até então, regulamentava o tema.

No que concerne à guarda dos filhos menores ou incapazes a nova resolução, nº 571, do CNJ estabelece que

- (A) o divórcio não pode ser realizado extrajudicialmente quando há filhos menores de idade ou incapazes.
- (B) será permitida a lavratura da escritura pública de divórcio, desde que comprovada a prévia resolução judicial das questões referentes à guarda, visitação e alimentos dos filhos comuns do casal menores ou incapazes.
- (C) o casal levará os filhos menores comuns ao Conselho Tutelar para serem ouvidas sobre o regime de guarda que irá vigorar após o divórcio e o termo de oitiva deverá ficar consignado na escritura.
- (D) o casal levará os filhos comuns menores ou maiores incapazes ao Ministério Público para serem ouvidos sobre o regime de guarda ou curatela que irá vigorar após o divórcio e o termo de oitiva deverá ficar consignado na escritura.
- (E) os pais devem expressamente concordar que declinam de pensão alimentícia para os filhos menores ou incapazes.

**69**

Em 2008 foi promulgada a Lei nº 11.698/2008, que instituiu a obrigatoriedade da guarda compartilhada “sempre que possível” e mais adiante, a Lei nº 13.058/2014 instituiu a guarda compartilhada como “regra”, retirando a expressão “sempre que possível” da lei anterior. Embora seja considerada um avanço para as mulheres, liberando-as do encargo de cuidarem sozinhas dos filhos após o divórcio, há divergências quanto a esses avanços.

Segundo os estudiosos das relações de gênero, a guarda compartilhada não pode ser associada automaticamente à igualdade de gênero porque a guarda compartilhada

- (A) é um regime que desequilibra as relações entre os pais das crianças.
- (B) prejudica o desenvolvimento das crianças e as mães serão responsabilizadas.
- (C) impôs às mulheres vítimas de violência a manutenção do contato contínuo com o seu agressor.
- (D) só funciona quando há bom entendimento entre os pais.
- (E) não se aplica à realidade brasileira, onde a desigualdade entre os gêneros é muito grande.

**70**

A Lei nº 12.318/2010, conhecida como lei da alienação parental, foi alterada pela Lei nº 14.340 de 18/05/2022 para modificar os procedimentos relativos à sua aplicação.

Entre as alterações que passaram a vigorar, após a publicação da lei, destaca-se a que assegura

- (A) à criança ou ao adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida no fórum em que tramita a ação ou em entidades conveniadas com a Justiça.
- (B) à criança o direito de se recusar a participar do estudo social e psicológico.
- (C) à criança ou ao adolescente e ao genitor o direito de se recusar a ser ouvido pelo Ministério Público.
- (D) à criança alienada o direito de se negar à convivência com o genitor alienado, desde que assim o declare por escrito.
- (E) ao genitor alienado o direito de reduzir pela metade o valor dos alimentos pagos ao filho que recusa a convivência.

## PROVA DISCURSIVA

---

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/Lei nº 8.069/1990) alterou profundamente a abordagem ao ato infracional praticado por adolescentes, reformulando a própria definição do que seja o ato infracional - “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990) - tornando-o uma categoria jurídica precisa. O ECA manteve a inimputabilidade penal aos/às menores de 18 anos; garantiu o devido processo legal e a ampla defesa e previu um conjunto de medidas que podem ser aplicadas ao/à jovem que pratica o ato infracional, das mais brandas às mais gravosas.

Assegurou que a medida aplicada deve observar as condições do/a adolescente para cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração, bem como preconizou o atendimento especializado para jovens com transtorno mental e/ou deficiência mental. Ainda, assegurou que a internação provisória não deve exceder os 45 dias.

Depois do devido processo legal em que o/a adolescente for considerado/a responsável pelo cometimento de ato infracional, serão aplicadas as medidas socioeducativas (MSE).

Neste sentido, responda, em no máximo 30 linhas, ao que se pede a seguir.

**Analise a política que orienta a aplicação das medidas socioeducativas, identificando as medidas socioeducacionais aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional, destacando os significados para o adolescente, bem como a interface das mesmas com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

Realização

